

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Srs. Tiago Mitraud, Aliel Machado, Eduardo Bismark, Felipe Rigoni, João H. Campos, Luísa Canziani, Professor Israel e Tabata Amaral)

Requer informações detalhadas ao Ministro da Educação sobre contratos firmados em regime de Urgência, pelo órgão, no âmbito da calamidade causada pela Pandemia de COVID-19.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Educação o presente pedido de informações acerca das **contratações emergenciais** com dispensa de licitação firmadas nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979/2020 pela pasta (ou com outros fundamentos declarados mas cujo objetivo seja o combate à pandemia), seus órgãos e entidades conexas, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Nesse sentido, solicito as seguintes informações:

- 1) Quantos contratos com dispensa de processo licitatório foram firmados desde a sanção da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020? Preferencialmente, informar o volume de contratos por semana.
- 2) Quanto ao monitoramento e fiscalização desses contratos, como eles são realizados? O Ministério da Educação (MEC) tomou medidas específicas para monitorar os contratos em questão? Se possível, justificar as medidas tomadas ou sua ausência.
- 3) O Ministério da Educação (MEC) disponibiliza os contratos em questão, junto dos seus termos de referência e das cotações, em alguma página ou site oficial específico? Caso afirmativo, disponibilizar o endereço eletrônico deste, caso negativo, informar se existe algum esforço do Ministério neste sentido.
- 4) No âmbito do Ministério da Educação (MEC), existem contratos não celebrados mediante dispensa de licitação e que seguiram o rito convencional da Lei 8.666, apesar de versarem sobre o enfrentamento ao COVID-19? Em caso positivo, descrevê-los.
- 5) Em relação aos contratos cujo valor total ultrapassa R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), solicito informação estruturada (em formato de planilha, preferencialmente) acerca dos pontos a seguir elencados:

- a. Objeto do contrato
- b. Fundamentação simplificada da contratação
- c. Requisitos estipulados para contratação
- d. Nome e CPF/CNPJ do contratante
- e. Nome e CPF/CNPJ do contratado
- f. Prazo do contrato
- g. Data de celebração
- h. Valor global e cotação por objeto;
- i. Quantidade contratada

6) Ainda em relação aos contratos acima, foi realizada estimativa de preços? Em caso afirmativo, indicar:

- a. O parâmetro dentre os elencados na Lei (Art. 4º-E § 1º VI, alíneas “a” a “e”) com base no qual a estimativa foi realizada;
- b. No caso da exceção prevista no do §2 do referido dispositivo (dispensa de realização da estimativa), se consta - e qual é o teor - da justificativa da autoridade competente;
- c. No caso de contratação por preço acima da estimativa de preços (hipótese do art. Art. 4º-E § 3), se consta - e qual é o teor - da justificativa da autoridade competente;
- j. No caso de bens ou serviços “não comuns”, indicar se foram realizados estudos preliminares e, se possível, anexar seu teor;

7) Outras informações e documentos que o Ministério da Educação (MEC) entender como pertinentes para a execução dos trabalhos desta coalizão de Deputados sobre monitoramento e fiscalização de contratos.

## JUSTIFICAÇÃO

A flexibilização dos requisitos para contratação de bens e serviços no âmbito do enfrentamento do Coronavírus, prevista na Lei nº 13.979/2020, implica que sejam reforçados os mecanismos que conferem plena transparência e possibilitam a adequada fiscalização desses contratos.

No âmbito da pandemia internacional de COVID-19 e sob a supervisão do Ministério da Educação (MEC), o papel desempenhado pela estatal Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e pelas universidades federais é potencializado. Segundo dados extraídos do [Painel de Transparência dos dados de Dispensa para o COVID-19](#), divulgado pelo Governo Federal, a Ebserh foi a empresa estatal que mais efetuou compras - em termos monetários e quantitativos - com dispensa de licitação.

Sob essa perspectiva, na qualidade de membro da Comissão Externa de Educação, cujo papel é acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos deste Ministério, e no exercício da função parlamentar de fiscalização dos atos do Poder Executivo, prevista no Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas, de forma a viabilizar um controle mais amplo e efetivo desses procedimentos.

Sala das Sessões, em                      de maio de 2020.

**TIAGO MITRAUD (NOVO-MG)**

**ALIEL MACHADO (PSB-PR)**

**EDUARDO BISMARCK (PDT-CE)**

**FELIPE RIGONI (PSB-ES)**

**JOÃO H. CAMPOS (PSB-PE)**

**LUÍSA CANZIANI (PTB-PR)**

**PROFESSOR ISRAEL (PV-DF)**

**TABATA AMARAL (PDT-SP)**





## **Requerimento de Informação** **(Do Sr. Tiago Mitraud )**

Requer informações detalhadas  
ao Ministro da Educação sobre contratos  
firmados em regime de Urgência, pelo  
órgão, no âmbito da calamidade causada  
pela Pandemia de COVID-19.

Assinaram eletronicamente o documento CD204228258600, nesta ordem:

- 1 Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG)
- 2 Dep. Professor Israel Batista (PV/DF)
- 3 Dep. Felipe Rigoni (PSB/ES)
- 4 Dep. João H. Campos (PSB/PE)
- 5 Dep. João H. Campos (PSB/PE)
- 6 Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE)
- 7 Dep. Tabata Amaral (PDT/SP)
- 8 Dep. Luisa Canziani (PTB/PR)
- 9 Dep. Aliel Machado (PSB/PR)